

# MARX NO SÉCULO XXI: Uma Leitura de O Capital à Luz da Realidade Contemporânea

MARX IN THE XXI CENTURY: Reading of Capital  
in the Light of Contemporary Reality

Francisco José Soares Teixeira<sup>1</sup>

## RESUMO

Este artigo discute a atualidade do pensamento de Marx, analisando sua visão sobre o processo de valorização do capital e produção com base na cooperação complexa. Nesse sentido, procura demonstrar como em análises específicas (como o mercado mundial, a natureza das crises no capitalismo, e a caráter cosmopolita do capital, entre outros) e na teoria geral da produção de valor, em que emerge a noção de cooperação complexa, podemos compreender as novas formas de precarização do trabalho (e do trabalhador) e da expulsão deste das fábricas, com a intensificação da mais-valia, e de valorização do capital.

Palavras-chaves: Capital; Cooperação Complexa, Precarização.

## ABSTRACT

This paper discusses the relevance of Marx's thought, examining his views on the process of capital appreciation and production based on complex cooperation. In this sense, seeks to demonstrate how specific analyzes (such as World Market, the nature of crises in capitalism and cosmopolitan capital, etc.) and the general theory of value production, it emerges the notion of complex cooperation, we understand new forms of precarious work (and worker) and the expulsion of the factories, with the intensification of surplus value and capital appreciation.

Keywords: Capital. Cooperation Complex. Precarization.

## 1 INTRODUÇÃO: A ATUALIDADE DE MARX

Não é preciso muito esforço intelectual para afirmar que Marx continua sendo um autor importante, referência obrigatória para pensar os acontecimentos históricos do presente. No entanto, não é assim que pensam, por exemplo, os arautos da globalização, para quem o

<sup>1</sup>URCA-CE. Contato: acopyara@uol.com.br

capitalismo de hoje não guarda mais nenhuma relação com aquele exposto nas páginas de O Capital. Ora, esses pregoeiros da globalização esquecem, ou não sabem que a mercadoria é um objeto em si e para si cosmopolita, como assim diz Marx em seus apontamentos econômicos dos anos de 1857/58. Literalmente:

Assim como o dinheiro se transforma em dinheiro mundial, o possuidor de mercadorias torna-se cosmopolita. A mercadoria em si e para si é superior a qualquer barreira religiosa, política, nacional e lingüística. Sua língua universal é o preço e sua comunidade é o dinheiro. Mas com o desenvolvimento do dinheiro universal em oposição à moeda nacional, o cosmopolitismo do possuidor de mercadoria transforma-se em credo da razão prática em oposição aos preconceitos tradicionais, religiosos e nacionais e outros que entram o metabolismo da humanidade. Com o mesmo ouro, que chega à Inglaterra sob a forma de “*eagles* americanas”, e aí se converte em soberano, três dias depois circula em Paris como napoleões, e ao cabo de algumas semanas encontra-se sob a forma de ducados em Veneza [...], fica claro ao possuidor de mercadorias que a nacionalidade *is but the guinea's stamp*. A idéia sublime que o possuidor de mercadorias tem do mundo inteiro é a idéia de um mercado – do mercado mundial (MARX, 1982, p. 110).

Nessa passagem, as palavras de Marx ecoam no presente com mais força e atualidade do que na época em que foram escritas. De fato, a concepção que o possuidor de mercadorias tem do mundo, hoje, é a mesma dos seus antepassados. Como seus consortes de outrora, a ideia que ele tem de nação nada mais é do que moedas vestidas com uniformes nacionais, prontas a se desfazerem deles em cada transação comercial que envolva países de nacionalidades diferentes. O capital não tem pátria, sua comunidade é o dinheiro, independentemente da cor em que é estampado.

Para decepção dos defensores da globalização, Marx e Engels, no *Manifesto Comunista*, já diziam, em 1848, que o capital criou o mercado mundial, pois a burguesia só pode se afirmar como classe dominante na medida em que:

Imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reacionários, ela roubou da indústria sua base nacional. As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a ser destruídas diariamente. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas – indústrias que já não empregam matérias-primas nacionais, mas, sim, matérias-primas vindas das regiões mais distantes, e cujos produtos se consomem não somente no próprio país mas em todas as partes do mundo. Ao invés das antigas necessidades, satisfeitas pelos produtos nacionais, surgem novas demandas,

que reclamam para sua satisfação os produtos das regiões mais longínquas e de climas os mais diversos. No lugar do antigo isolamento de regiões e nações auto-suficientes, desenvolve-se um intercâmbio universal e uma universal interdependência das nações. E isto se refere tanto à produção material como à produção intelectual. As criações intelectuais de uma nação tornam-se patrimônio comum. A estreiteza e a unilateralidade nacionais tornaram-se cada vez mais impossíveis; das numerosas literaturas nacionais e locais nasce uma literatura universal (MARX; ENGELS, 1998, p. 43).

Mas é na análise sobre a natureza das crises do sistema que Marx mostra mais uma vez a atualidade de seu pensamento. Numa passagem de *O Capital*, deixou para as gerações futuras a seguinte lição:

Num sistema de produção em que toda a conexão do processo de reprodução repousa sobre o crédito, quando então o crédito subitamente cessa e passa apenas a valer pagamento em espécie, tem de sobrevir evidentemente uma crise, uma corrida violenta aos meios de pagamento. À primeira vista, a crise toda se apresenta, portanto, apenas como uma crise de crédito e crise monetária. E de fato trata-se apenas da conversibilidade das letras em dinheiro. Mas essas letras representam em sua maioria compras e vendas reais, cuja extensão, que ultrapassa de longe as necessidades sociais, está, em última instância, na base de toda crise. Ao lado disso, entretanto, uma enorme quantidade dessas letras representa negócios meramente fraudulentos que agora vêm à luz do dia e estouram; além de especulações feitas com capital alheio, mas fracassadas; e, finalmente, capitais-mercadorias desvalorizados ou até invendáveis [...]. Todo esse sistema artificial de expansão forçada do processo de reprodução não pode naturalmente ser curado pelo fato de um banco, por exemplo, o Banco da Inglaterra, dar a todos os caloteiros, em seu papel, o capital que lhes falta e comprar todas as mercadorias desvalorizadas a seus antigos valores nominais. De resto, tudo aparece aqui invertido, pois nesse mundo de papel o preço real e seus momentos reais nunca aparecem, mas apenas barras, dinheiro metálico, notas, letras de câmbio e papéis de crédito. Essa inversão aparece sobretudo nos centros em que se concentram todo o negócio monetário do país, como Londres; todo o processo se torna incompreensível; já menos, nos centros de produção (MARX, 1988, p. 21-22).

## 2 O CAPITALISMO NÃO É MAIS AQUELE

Essas três citações são provas incontestáveis da atualidade de Marx. No entanto, é preciso acrescentar que uma coisa é pinçar trechos da obra de um pensador para demonstrar sua atualidade; outra, bem diferente, é saber se o conjunto de seu sistema teórico continua atual. Diferença nada desprezível quando se tem presente que *O Capital* não é um amontoado de categorias, que podem ser inventariadas para saber quais são as que continuam atuais ou não, como assim procede ao marxismo analítico. Pelo contrário, a feitura de sua arquitetura categorial obedece às determinações do objeto pesquisado, expostas por um conjunto de categorias numa sequência lógico-necessária de forma a reproduzir a hierarquia que cada uma delas ocupa no interior da moderna sociedade burguesa. Essa sequência não pode ser atropelada; não se podem suprimir momentos no processo de desdobramento das categorias, sob pena de não se apreender o real como síntese de múltiplas determinações. Com efeito, Marx parte da categoria mais simples, a mercadoria; dela deriva a categoria dinheiro e desta a força de trabalho, para investigar como dinheiro se transforma em capital e, assim, chegar à categoria da mais-valia. Se uma dessas categorias é suprimida, toda a sequência cai por terra.

Além dessa exigência metodológica, há que se levar em conta o fato de que o objeto de estudo de Marx, o capital, é historicamente determinado. Suas determinações são históricas; portanto, as categorias por meio das quais são expressas estão sujeitas a mudanças. Ninguém melhor do que o próprio Marx para confirmar esse caráter efêmero das categorias. Ele mesmo antecipou, especulativamente, as mudanças por que poderia passar o sistema produtor de mercadorias. Nos Grundrisse, em várias passagens, deixa claro que o desenvolvimento do capitalismo poderia transformar a ciência numa força produtiva mais importante do que o próprio consumo de trabalho imediato empregado na produção da riqueza. É o que diz, quando prospecta que o processo de produção, na medida em que se desenvolvesse o capitalismo, deveria se tornar cada vez:

menos dependente do tempo de trabalho e do *quantum* de trabalho empregados, do que do poder dos agentes [materiais] que são postos em movimento durante o tempo de trabalho, poder que, por sua vez [...], não guarda mais nenhuma relação com o tempo de trabalho imediato que custa a sua produção [...] (MARX, 1987, p. 227-228).

Nesse contexto, enfatiza que a produção da riqueza passaria a depender, antes,

do estado geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplicação da ciência à produção [...]. A riqueza efetiva se manifesta – e isto a grande

indústria revela – numa enorme desproporção entre o tempo de trabalho empregado e seu produto, assim como na desproporção qualitativa entre o trabalho, reduzido a uma pura abstração, e o poder do processo de produção que ele [trabalhador] vigia [...] (MARX, 1987, p. 228).

Mas o que leva o capital a revolucionar permanentemente sua base técnico-material a ponto de transformar o trabalho vivo, sua fonte de valorização, numa base miserável, se comparada com o poder das ciências e da tecnologia na produção da riqueza? A resposta que se encontra em Marx é de todos conhecida: o capital é a contradição em processo. Como diz noutra passagem dos seus manuscritos de 1857-58, a fome do capital por mais trabalho o leva a:

Reduzir o tempo de trabalho ao mínimo, enquanto põe, por outro lado, o tempo de trabalho como única medida e fonte de riqueza. Diminui, assim, o tempo de trabalho na forma de tempo de trabalho necessário, para aumentá-lo na forma de tempo excedente; põe, portanto, em medida crescente, o trabalho excedente como condição – questão de vida ou morte – para o trabalho necessário. Por um lado, conjura todos os poderes da ciência e da natureza, bem como os da cooperação e do intercâmbio social, para fazer com que a criação da riqueza se torne (relativamente) independente do tempo de trabalho nela empregado. Por outro lado, quer medir essas forças sociais gigantescas, assim criadas, pelo tempo de trabalho, e as conter nos limites exigíveis, para que o valor criado se conserve como valor. Para o capital, as forças produtivas e as relações sociais [...] aparecem apenas como meios, e para ele só são meios para produzir a partir de sua base limitada. Na realidade, constituem as condições materiais para fazê-lo explodir (MARX, 1987, p. 229).

Em decorrência do desenvolvimento dessa contradição imanente, o capital cria uma base material na qual:

O pilar fundamental da produção e da riqueza não é mais o trabalho imediato executado pelo homem nem o tempo que ele trabalha, mas, sim, a apropriação de sua própria força produtiva geral, sua compreensão da natureza e o domínio da mesma, graça a sua existência como corpo social (MARX, 1987, p. 228).

Tais prospecções realizadas por Marx fazem dele um contemporâneo filosófico de uma época sem que tenha sido seu contemporâneo histórico. Com efeito, hoje as transformações operadas pelo capital criaram uma base técnico-material em que o sistema de máquinas se transformou numa verdadeira força intelectual de trabalho, no sentido de que não mais necessita de quase nenhum trabalho para ser acionada. Quem entra numa empresa pode caminhar metros e mais metros pelo seu chão de fábrica sem encontrar uma viva alma. Na

agricultura, as transformações operadas nesse setor, com aplicação da genética à produção de grãos, fariam o pai dessa ciência, Gregor Mendel, sentir-se como um aluno no jardim da infância. O uso da nanotecnologia é outra grande transformação por que passa o processo de produção, na medida em que permite o homem operar ao nível do átomo. Em consequência, o meio de trabalho sofreu uma profunda mudança a ponto de não se poder mais considerá-lo como um simples objeto artificial, uma máquina operada pelo trabalhador, mas, sim, como um objeto intelectual, que é *logos da natureza* posto no processo de produção.

Diante de todas essas transformações do processo de produção, não se pode duvidar de que o capitalismo não é mais aquele que Marx tinha diante dos olhos quando escreveu *O Capital*. As análises dos Grundrisse aparecem como muito mais fecundas e atuais do que as investigações que ele realiza naquela obra. Consequentemente, sua teoria do valor não estaria definitivamente datada e morta?

### 3 FIM DA SOCIEDADE DO TRABALHO?

Para os teóricos do fim da sociedade do trabalho (Habermas, Clauss Offe, André Gorz, dentre outros autores), sim, *O Capital* é uma obra superada. Diriam que o trabalho abstrato não é mais a categoria sociológica central em torno da qual gira a compreensão da dinâmica da sociedade capitalista contemporânea. Essa categoria, diriam, não é mais a força que estrutura e socializa a produção social. Os mecanismos de mercado, acrescentariam, foram substituídos pelo planejamento estatal, ao mesmo tempo em que o trabalho deixou de ser a principal força produtiva. Agora, são a ciência e a tecnologia que comandam o processo de produção da riqueza. Aqueles teóricos sentem-se, assim, à vontade para decretar a morte da teoria do valor de Marx e, em consequência, podem declarar que Marx é um autor superado. Sentem-se à vontade não só porque foi o próprio Marx quem antecipou as transformações por que passa o capitalismo hoje, mas também porque até mesmo os marxistas não duvidariam de que o capitalismo não é mais aquele retratado nas páginas de *O Capital*. Podem, portanto, proclamar, em alto e bom som, que a teoria de Marx é história, envelheceu, morreu.

Contudo, dizer que um autor está superado não significa, necessariamente, decretar que sua teoria estaria definitivamente morta e enterrada. Habermas é um defensor dessa tese. Em vários estudos, empreende um esforço teórico para reconstruir, isto é, atualizar a teoria do valor de Marx, pois admite que seu potencial crítico ainda não se esgotou. Para tanto, lança mão das análises dos Grundrisse, cujas conjecturas, aí desenvolvidas, apontam para um estágio de desenvolvimento do capitalismo em que a ciência e a técnica passam a constituir-se na mais

importante fonte criadora de riqueza. Infelizmente, lamenta Habermas, Marx não incluiu em sua teoria definitiva do valor essa transformação que ele previu naquela obra<sup>2</sup>.

O que Marx não fez, Habermas o faz por ele: substitui o trabalho vivo, como fonte do valor, pela ciência e a tecnologia. De fato, em *Técnica e Ciência como Ideologia*, afirma categoricamente que:

Já não mais tem sentido computar os contributos ao capital para investimentos na investigação e no desenvolvimento sobre a base do valor da força de trabalho não qualificada (simples), se o progresso técnico e científico se tornou uma fonte independente de mais-valia frente à fonte de mais valia, que é a única tomada em consideração por Marx: a força de trabalho dos produtores imediatos tem cada vez menos importância (HABERMAS, 1987, p. 72-73).

Estranha teoria essa do valor! Decerto que sim, mas há que se levar em conta o fato de que Habermas reconstrói essa teoria tomando como base as prospecções realizadas por Marx dos Grundrisse. Porém, conviria perguntar a Marx se ele concordaria com Habermas. Certamente que não. Dessa forma, como continuar a trabalhar com as categorias de valor e mais-valia num mundo em que a valorização do capital não depende mais da exploração direta da força de trabalho?

No Brasil, Ruy Fausto empreende trabalho semelhante quando procura derivar, a partir dos Grundrisse, uma nova forma de produção de mercadoria, como sucessora da grande indústria, que Marx analisa em *O Capital*. Contudo, essa nova forma de produção de mercadorias, que ele denomina de pós-grande indústria, não cabe mais dentro dos limites do modo de produção capitalista; sua base técnico-material não é mais adequada à valorização do valor. Como assim? Melhor deixar que ele mesmo explique. Concedendo-lhe a palavra, Fausto entende que:

Se na grande indústria, o capital se valia da ciência para adequar a matéria aos seus fins, ele é levado a fazê-lo uma segunda vez, trabalhando “assim para a sua própria dissolução como forma que domina a produção” [...]. A ciência, que a forma material do capital, é posta uma segunda vez. E agora a posição é de tal ordem que a matéria, o esqueleto material enquanto tal, se torna simples suporte da ciência [...]. Assim, já não se tem mais, propriamente, um objeto artificial. Antes uma espécie de objeto intelectual ou espiritual: é o logos – que, entretanto o logos da natureza assimilado pelo intelecto – que é posto no processo de produção. Com isto, a ruptura entre trabalho vivo e trabalho morto é relativizado, a máquina passa a ser uma espécie de força de trabalho (intelectual) no sentido de que ela não necessita mais (quase) nenhum trabalho para ser vivificada (FAUSTO, 1998, p. 58).

<sup>2</sup>Habermas, Jürgen. **Entre a Filosofia e a Ciência: o marxismo como crítica** (1961), in **Teoria y Práxis: estudos de filosofia social**. Madrid: Editorial Tecnos, 1987.

Contudo, a partir do momento em que a forma material (a ciência) se torna plenamente adequada à matéria, diz Fausto:

A forma (formal) enquanto tal, isto é, o capital, já não se adequa mais à matéria (à forma material mais a matéria material). A posição plena da forma material, pelo próprio fato de que ela é plena, já não serve mais à forma enquanto tal. A forma material passa a servir a si própria em vez de servir à forma formal. [...] Assim, o capital, que era uma alma apetitiva (ele tem “fome” devoradora) de trabalho alheio, se apossa de um intelecto, mas acaba sendo dominado por ele (FAUSTO, 1998, p. 59).

É nesse sentido, portanto, que a pós-grande indústria se apresenta como uma forma de produção de mercadorias não mais adequada à valorização do valor. Nela, o trabalho vivo deixa de ser a fonte essencial do valor; a riqueza passa a depender fundamentalmente da ciência.

## 4. COOPERAÇÃO COMPLEXA: FORMA-LIMITE DO CAPITAL

### 4.1 ACERTO DE IDEIAS

Duas leituras, uma mesma conclusão. Com efeito, Fausto e Habermas, a despeito das diferenças que os separam, terminam por comungar com a mesma tese defendida pelos teóricos do fim da sociedade do trabalho: o fim do trabalho como fonte e medida do valor.

Quer dizer, então, que o capitalismo é compatível com o cientificismo generalizado do processo de produção, como assim entendem Habermas e Fausto? Decerto que não. Dentro dos marcos da teoria do valor, o capitalismo é incompatível com uma automatização absoluta do processo de produção. Se a valorização do valor depende do trabalho vivo, este não pode ser eliminado por mais mecanizado e automatizado que possa vir a ser o processo de produção. Porém, ao mesmo tempo, como admitir que os Grundrisse, comparados com *O Capital*, como entendem, com razão, Habermas e Fausto, expressam melhor a realidade do capitalismo contemporâneo? Por um lado, não se caria numa aporia sustentar a ideia de que o trabalho vivo continua sendo a fonte do valor e, por outro lado, admitir que as especulações desenvolvidas nos Grundrisse tornaram-se, hoje, realidade?

Para complicar um pouco mais o problema, a questão que se tem em mãos é de natureza histórica e não lógica. Sendo assim, como falar de fenômenos históricos a partir de uma apresentação, como visto antes, que prima pela disposição lógica de suas categorias? Como

compatibilizar uma exposição lógica com a natureza histórica do objeto dessa exposição, sem deturpar o sentido da apresentação de Marx? *Hic Rhodus, hic salta!*<sup>3</sup>

Se as condições do problema estão dadas, então, ele deve ter solução. Decerto que sim? Para Marx, história e lógica não são excludentes. Quando ele realiza, no primeiro capítulo do Livro I, seção III, a redução do valor de troca ao valor e desse ao seu fundamento (o trabalho abstrato); essa redução lógica se dá sobre um pano de fundo histórico. Pressupõe-se a existência de um modo de produção em que, pela primeira vez na história, os indivíduos tornaram-se indiferentes ao tipo de trabalho que realizam. A mesma coisa acontece com a transformação do dinheiro em capital. Para que o capitalista encontre no mercado o trabalhador, dispondo unicamente de sua força de trabalho para vender em troca de um salário, pressupõe-se o trabalho da história que espoliou o produtor direto dos seus meios de produção, transformando-o num mero assalariado.

*O Capital* é, portanto, uma exposição da racionalidade de um objeto, o capital, que é produto de um longo processo de transformações históricas, cujo resultado foi a formação do sistema capitalista. Consequentemente, a exposição de um objeto histórico só é possível quando a história já concluiu o seu trabalho. Nesse sentido, história e lógica não são excludentes, principalmente se se considerar, como observado antes, que a exposição das categorias deve obedecer à ordem hierárquica que cada uma ocupa no interior do sistema produtor de mercadorias. Logo, o problema de como pensar os novos fenômenos do capitalismo contemporâneo, tendo como base a apresentação de *O Capital*, que prima por rigor lógico, não mais oferece dificuldades. Basta encontrar, no conjunto de sua apresentação dialética, o lugar a partir do qual se possa derivar uma nova categoria capaz de trazer novas significações à totalidade do sistema categorial dessa obra; obviamente, sem deturpar o seu sentido. Fausto, em seu texto antes referido, já identificou a partir de onde se pode derivar uma nova forma de produção de mercadorias, mais desenvolvida e adequada à valorização do Valor: a seção IV do Livro I, que traz como título “A produção da Mais-Valia Relativa”.

Como se sabe, nos capítulos XI, XII e XIII dessa seção, Marx investiga o processo pelo qual o capital se faz sujeito da produção até se transformar na força social que tudo domina na sociedade. Nesse processo, o capital precisa revolucionar a base técnico-material da produção para adequá-la às suas exigências de valorização. Em consequência, surge uma série de formas de produção de mercadorias, que vão desde a cooperação simples, passando pela manufatura, até chegar à grande indústria, como a forma mais desenvolvida do sistema.

<sup>3</sup>“De uma fábula de Esopo em que um fanfarrão sustenta ter dado um salto prodigioso em Rodos. A ele replicou: aqui está Rodos, aqui salta”. (MARX, 1985, p. 134).

## 4.2 SUPERAÇÃO DA GRANDE INDÚSTRIA

Como forma mais desenvolvida e adequada à valorização do valor, Marx via a GI como, *possivelmente*, a última forma de produção de mercadorias, que deveria ser substituída pela forma capitalista de produção. No entanto, como ele não era um teórico da necessidade absoluta, adepto da ideia de que tudo que é, ou deve ser, já estaria desde sempre para sempre determinado, nos Grundrisse, pressupõe que o desenvolvimento da grande indústria poderia criar uma base técnico-material capaz de extrapolar os limites do sistema produtor de mercadorias.

Ora, como o capitalismo permanece mais forte do que nunca, e não é mais aquele tal como expressam as determinações da GI, é plausível supor que, hoje, o capital criou uma nova forma de produção de mercadorias. Com efeito, se na GI o tempo de trabalho imediato era ainda a principal fonte e medida do valor, hoje, com o progresso da tecnologia, ou da utilização da ciência na produção, esse tempo de trabalho é drasticamente reduzido. Contudo, como o capitalismo é incompatível com uma automatização absoluta do processo de produção, o capital viu-se obrigado a criar uma nova forma de produção de mercadorias, aqui denominada de cooperação complexa. Nela, o capital opera no limite da substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, isto é, objetivado nos meios de produção. Afinal, a substituição de trabalho vivo por trabalho morto, como diria Marx, só vale a pena quando a economia de trabalho vivo é maior do que os gastos adicionais com capital constante. Se esse limite é ultrapassado, as relações capitalistas de produção entrariam em colapso, pois o capital teria esgotado a fonte de sua valorização.

A cooperação complexa surge justamente para evitar que aquele limite seja ultrapassado. Para tanto, ela expulsa de dentro dos seus muros parcela expressiva da sua força de trabalho para recontratá-la como trabalhadores domiciliados, por tempo parcial, temporário, terceirizado, dentre outras modalidades de trabalho precário. A fonte de valorização do valor encontra-se, agora, fora da empresa. Por isso, a cooperação complexa aparece como uma forma de produção de mercadorias extremamente conservadora quando comparada com a GI.

Além disso, a cooperação complexa vê-se obrigada a revolucionar a antiga divisão do trabalho que presidiu a GI. Se nesta forma, cada empresa operava num ramo ou setor específico da economia, com o surgimento daquela nova forma de produção de mercadorias, o capital, para economizar trabalho improdutivo e evitar punções na cadeia do valor, reunificou numa mesma unidade de produção o que antes estava separado pela divisão do trabalho e petrificado numa atividade particular. Como apropriadamente esclarece Chesnais (1996), em seu *Mundialização do Capital*, uma mesma empresa, agora, opera em todos os ramos de produção a um só tempo, o que lhe permite evitar que seus concorrentes se apropriem de parte do valor por ela produzido.

Assim, cada empresa realiza, em sua experiência concreta, o que expressa o conceito de capital industrial, ou seja, cada empresa passa a existir como encarnação individual de todas as formas de existência de capital: capital-dinheiro, capital produtivo e capital-mercadoria.

As empresas, notadamente as multinacionais, apagaram as fronteiras setoriais da economia, uma vez que sua estratégia de atuação abstrai as formas concretas em que investem seu capital. Deixam de ser cada vez mais uma empresa predominantemente industrial ou de serviços, bem como uma companhia bancária ou financeira. E deixam de ser porque sua estratégia de valorização apoia-se numa lógica tecno-financeira, que tem sua base de competitividade alicerçada na definição de um *know-how* e na P&D.

Com isso, o capital ganha um extraordinário poder de mobilidade que lhe permite tirar vantagens em todos os setores da economia onde for possível sua competência tecnologia. Sua força reside em sua capacidade de montar operações complexas, que exigem a combinação de várias firmas: empresas industriais, de engenharia, bancos e organismos multilaterais de financiamento.

Essa é uma das maiores mutações por que tem passado o capitalismo contemporâneo. Diferentemente da GI, em que a unidade das formas de existência do capital só podia ser apreendida teoricamente, com o surgimento da cooperação complexa, cada unidade de capital, em sua existência imediata, é a um só tempo capital-dinheiro, capital produtivo e capital-mercadoria.

Essa revolução na divisão social do trabalho prolonga-se na organização interna do processo produtivo das empresas. Nesse âmbito, o capital reinventa novas formas de organização e gerenciamento do processo de trabalho para racionalizar e potencializar o consumo produtivo da força de trabalho. É quando ocorre o que a sociologia do trabalho chama de **reestruturação produtiva**. Com seus programas de qualidade total, reengenharia ou produção enxuta, a reestruturação produtiva transforma o trabalhador especializado [e que fora adestrado para desempenhar uma única e mesma tarefa] em um trabalhador coletivo, capaz de realizar a totalidade das operações do processo de trabalho. Vale dizer: ao invés de uma divisão rígida de ocupações, as empresas buscam um trabalhador flexível, que possa executar diferentes tarefas.

Para realizar essas transformações na organização interna do processo de trabalho, o capital precisa enfrentar a resistência da classe trabalhadora. Noutros termos, o capital vê-se impelido a readequar os elementos subjetivos do processo de trabalho à nova forma de produção de mercadorias. Para tanto, é preciso remover os obstáculos institucionais que anteriormente regulamentavam a compra e venda da força de trabalho. Daí a ofensiva do capital contra os sindicatos e toda e qualquer legislação de proteção do trabalho. Por isso,

o desmonte do Welfare State tem de entrar na agenda do dia. A liberdade de contratação e de negociação exige o afastamento do Estado; sua ausência como mediador dos conflitos entre capital e trabalho.

As consequências do desmantelamento do Estado social são bem conhecidas. Uma delas é a precarização das relações de trabalho. Parcela significativa da força de trabalho é expulsa de dentro das empresas para se transformar em prestadora de trabalho sob as mais diversas formas: trabalho domiciliado, por tempo parcial, temporário, terceirizado, dentre outras modalidades.

#### 4. 3 FORMAS HISTÓRICAS DE EXISTÊNCIA DA COOPERAÇÃO COMPLEXA

Fazendo um contraponto com a primeira parte deste artigo, os atuais militantes de esquerda, se é que ainda se pode fazer uso dessa expressão, agarram-se aos valores e às representações existentes como evidências inquestionáveis de que o mundo de hoje não tem mais futuro. São pragmáticos empedernidos, que elevam a faticidade do presente existente à condição única de toda e qualquer práxis humana. Assim pensam e agem os sindicatos, ao transformarem suas entidades em agências de empregos e de auxílio aos seus filiados, com serviços médicos, odontológicos, jurídicos, empréstimos consignados, dentre outras coisas.

Não é diferente do que acontece com os partidos políticos de esquerda. Trocaram os projetos ideológicos de outrora pela administração do sistema, já que aceitam os fatos do dia a dia como medida do seu agir e pensar. Mais uma vez procuram iludir as contradições do sistema, ao invés de procurar desvendá-las em toda a sua profundidade, como advertia Lênin (2007) em seu *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. Da forma mais desavergonhada e desonesta, enveredam pelo caminho da solidariedade; elegem a urgência como princípio motor de suas ações, como assim o fazem os organizadores da economia solidária. Estes trocaram a militância política de outrora pela ação humanitária, pois acreditam que salvar uma vida humana, lidar com o imediato para enfrentar situações particulares é muito mais importante do que lutar pelo socialismo; fazem do pragmatismo humanitário uma opção ideológica.

Esses oportunistas negam-se a encarar a realidade de frente. Esta, como foi obrigado a reconhecer Celso Furtado, no apagar das luzes de sua existência, não pode mais ser enfrentada com políticas do tipo de assistência à pobreza, como o faz o programa Bolsa Família do PT. O mundo mudou, dizia Furtado:

hoje, mesmo na Europa, não se vê horizonte para uma relativa harmonia baseada no pleno emprego. Para manter o nível de agressividade das economias capitalistas tornou-se necessário abandonar as políticas de emprego. O

aumento de produtividade se desassociou de efeitos sociais benéficos. Esta é a maior mutação que vejo nas economias capitalistas contemporâneas (Entrevista concedida ao CORECON de São Paulo).

Furtado não é uma voz isolada. Juan Somavia, diretor-geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT), não acredita que o crescimento econômico possa gerar postos de trabalho suficientes para acabar com o desemprego. Segundo ele, em 2004, a taxa de crescimento da economia mundial, que foi da ordem de 5,1%, resultou apenas num aumento de 1,8% no número de pessoas ocupadas. Contudo, isso ainda não traduz toda a questão. Até 2015, argumenta Somavia, “cerca de 400 milhões de pessoas se incorporarão à força de trabalho. Isto quer dizer que mesmo que se consiga um crescimento acelerado do emprego para produzir 40 milhões de postos por ano, a taxa de desemprego baixaria apenas 1% em 10 anos” (SOMAVIA, 2009, informação verbal).

Nesse contexto, os famigerados programas de requalificação profissional, que se tornaram uma “coqueluche” no mundo inteiro, pouco ou quase nenhum impacto têm sobre as taxas de desemprego. Com efeito, tais programas, como assim reconhece Azeredo:

dependem diretamente do desempenho da economia. Além disso, em um contexto de taxas de desemprego significativas, “a eficiência dos programas tende a reduzir-se pela disputa de um maior número de desempregados pelas vagas existentes”. Essa é também a opinião de Kapstein, que afirma que “as políticas microeconômicas, como a expansão do ensino e do treinamento, são necessárias para equipar os trabalhadores com as qualificações que lhes permitem reingressar no mercado de trabalho ou encontrar melhores perspectivas de carreira. Mas essas políticas e programas são de pouco valor se a economia não estiver produzindo bons empregos (AZEREDO, 1999, p. 38-39).

Além de tais limitações, os programas de qualificação aparecem como um verdadeiro *contrassenso histórico*; contrassenso por querer fazer do trabalhador um instrumento de produção estratégico, justamente numa época em que o processo de trabalho já se transformou em processo de produção, no sentido de que o trabalho deixa de ser a sua unidade dominante. Mais do que isso, esses programas se movem na direção oposta à lógica de crescimento da acumulação de capital, cuja tendência é reduzir os custos salariais na composição das despesas do capital. Ora, a qualificação generalizada da força de trabalho teria como efeito imediato encarecer o preço dessa mercadoria para o capital, fazendo com que os salários consumissem uma proporção relativamente crescente do preço de custo do capital. Um

absurdo, considerando que a *lei geral da acumulação*<sup>4</sup> capitalista mostra precisamente o contrário: as despesas com capital constante (máquinas, equipamentos, matéria-prima, etc.) crescem relativamente mais do que os gastos realizados com sua parte variável, isto é, com o pagamento da força de trabalho.

É nesse contexto em que o capital esgotou suas possibilidades históricas de desenvolvimento que os novos “militantes de esquerda” encontram uma atmosfera social favorável para desconstruírem a luta de classes, substituindo-a por uma consciência da obediência. A cooperação complexa criou novas modalidades de formas de trabalho nas quais se “apagam” a relação de antagonismo capital-trabalho, como se mostra a seguir.

#### (a) Sociedade de “Fábricas de Consensos”

De fato, diferentemente da grande indústria, o processo produtivo dessa nova forma de produção exige, agora, trabalhadores polivalentes, com alto grau de responsabilidade e de engajamento, ou seja, capazes de discutir e resolver não só os problemas decorrentes da sua ocupação principal como também os da sua empresa. É a morte do trabalhador especializado, que fazia sempre a mesma coisa por toda a vida. Com isso, desapareceu na noite dos tempos aquele tipo de empregado que chegava à empresa ainda de calças curtas e aí desenvolvia sua trajetória profissional, ascendendo de posto a posto na escala hierárquica da empresa, até chegar o dia da aposentadoria. Esse tipo de operário-padrão – que só trabalhava mediante uma ordem de serviço especificando o que deveria fazer durante o desempenho de sua jornada de trabalho – não mais se enquadra dentro da racionalidade da cooperação complexa.

Com a morte do trabalhador especializado, os gerentes de tudo fazem para convencer o trabalhador de que ele não mais precisa da mediação de sindicatos e/ou partidos políticos para representá-lo nas empresas. Ele é, agora, cidadão consciente de seus direitos e obrigações e por isso pode dispensar a intervenção de instituições que outrora decidiam por ele o que hoje aprendeu a fazer melhor do que ninguém. Afinal de contas, trabalha para uma fábrica em que administradores e trabalhadores se vestem da mesma forma e dividem o mesmo restaurante, como assim apregoa a consciência de ruptura.

Em consequência, surge uma nova fábrica, com nova tecnologia e assentada num “novo consenso”, construído a partir da luta do capital em sua desconstrução da luta de classes. Trata-se, portanto, de um consenso imposto. Em troca da cooperação dos trabalhadores, o capital paga seu silêncio com algumas vantagens financeiras.

<sup>4</sup>Marx (1985).

## (b) Sociedade de “Produtores Independentes”

A “fábrica de consensos” não é a única modalidade de existência da cooperação complexa. Além dela, essa nova forma de produção de mercadorias engendra outros tantos métodos de produção de mais-valia, semelhantes àqueles que tiveram lugar na cooperação simples e na manufatura. Com a diferença de que, agora, o poder do capital é substituído pelo poder impessoal do mercado. Poder que não mais se identifica com a administração de uma empresa particular, mas, sim, com a necessidade abstrata que obriga a todos se submeterem à racionalidade do trabalho abstrato: trabalhar para ganhar dinheiro; sem se importar com a natureza do trabalho, o lugar em que é realizado e como deve ser efetivado.

Nesse contexto, todos os indivíduos são submetidos aos imperativos do mercado e se entregam cada vez mais ao anonimato de uma sociedade de consumo. Uma sociedade na qual a velha máxima de Adam Smith, “Dê-me aquilo que eu quero, e você terá isto aqui, que você quer [...]” (SMITH, 1985, p. 50), tornou-se um verdadeiro “imperativo categórico” pelo qual se regem as ações humanas. Tudo é mercado. Tudo deve se reger pelas suas leis, pois o que conta e prevalece é a competência de cada um; seu poder de concorrer e de se adaptar às oscilações da demanda e da oferta.

Num mundo assim, em que as relações sociais são hiperindividualizadas, não há mais lugar para relações de trabalho estáveis. É nesse contexto que o conceito de emprego é substituído pelo de “empregabilidade”, que representa o trabalhador como um profissional disponível, sempre pronto a mudar de trabalho e de ocupação, toda vez que as condições de compra e venda de sua força de trabalho mudarem. Ele deve estar sempre pronto para acompanhar os movimentos frenéticos e histéricos do mercado<sup>5</sup>.

Esse movimento de autonomização e de individualização das relações de trabalho prolonga-se em outras formas de contratação da força de trabalho, tais como o trabalho em domicílio, terceirizado, temporário, por conta própria e sob a forma de cooperativas. Essas formas de contratação da força de trabalho transformam os seus proprietários em verdadeiros comerciantes, na medida em que a venda de sua capacidade de trabalho passa a ser mediada pela venda do resultado de seu trabalho.

Nesse contexto, o trabalhador sente-se verdadeiramente dono de sua atividade, pois trabalha no seu próprio local de produção, sem ninguém para vigiá-lo ou lhe dar ordens. Ele

<sup>5</sup>O trabalhador, argumenta Minareli, “precisa aprender a deixar algumas coisas mais antigas irem embora e absorver outras novas, sem ficar frustrado com isso”. E também aceitar a **ideia** de que é necessário curvar-se aos novos tempos para não falir, **como** um bambu que se curva sob a ação do vento, permanecendo intacto quando o tempo ficar novamente estável (MINARELLE, 1995, p. 44).

se sente patrão de si mesmo, dono de seu próprio negócio. Sente-se proprietário, igualmente livre, porque ele é quem organiza o processo de trabalho e estabelece, por iniciativa própria, a duração de sua jornada de trabalho. E mais: na condição de vendedor de “trabalho objetivado”, sente-se um verdadeiro comerciante, parceiro de seus antigos empregadores.

Como se disse noutro lugar<sup>6</sup>, desse modo, essas novas formas de organização do processo de trabalho repõem, em novas bases, **as leis da circulação simples de mercadorias**. Se antes essa esfera se apresentava como o reino ideal de compra e venda da força de trabalho, agora, ela se torna um verdadeiro paraíso para o capital porque, doravante, os parceiros dessa relação, o capitalista e o trabalhador, foram transformados em vendedores de mercadorias propriamente ditas. O trabalhador não se confronta mais com o capitalista como um mero vendedor de capacidade de trabalho; não mais entra no mercado de mãos vazias, mas, sim, traz uma mercadoria que foi produzida antes de ingressar na esfera da circulação. Por conta disso, apagam-se todas as diferenças entre os parceiros da troca, que passam a se reconhecer apenas como comerciantes. A exploração, que podia ser sentida quando do consumo da força de trabalho pelo capitalista, perdeu sua base tangível, porque o trabalhador não mais caminha atrás do seu comprador, que o conduz até o local da produção para aí consumir seus nervos e cérebro. As coisas passam-se, agora, diferentemente: o trabalhador e o capitalista se encontram e se separam na circulação, no mercado; confrontam-se como simples comerciantes e não mais na condição de representantes de interesses antagônicos. Pode haver maior liberdade para o capital?

Essa reposição das leis da circulação simples reforça a ideologia da troca de equivalentes como guardiã veladora da igualdade dos proprietários de mercadorias. Ao contrário do que pensa Habermas, portanto, o segredo da produção da mais-valia não foi desvendado. Esse segredo está mais velado ainda, porque agora ele se esconde sob a ilusão de uma sociedade de produtores independentes de mercadorias, uma sociedade de “vendedores de trabalho materializado”; uma sociedade sem vendedores de força de trabalho, pois o contrato de compra e venda da força de trabalho está se metamorfoseando num contrato de fornecimento de mercadorias.

Essas novas formas de produção repõem, assim, o dogma da propriedade fundada no trabalho próprio, porém, *nota bene*, num contexto histórico radicalmente distinto da época do capitalismo clássico. O capitalismo atual não é o mesmo capitalismo do século XIX ou aquele que vigorou no período que vai do pós-guerra até o final dos anos 1960 ou início da década de 1970. Hoje, o capital revolucionou sua estrutura produtiva ao ponto de tornar o trabalho

<sup>6</sup>O restante desta seção foi, quase literalmente, transcrito do texto **Modernidade e crise: reestruturação capitalista ou fim do capitalismo?** (TEIXEIRA, 1998).

vivo evanescente dentro da estrutura produtiva da empresa. Por conta disso, o trabalho direto, imediato, não é mais a unidade dominante dentro das grandes unidades de capital. E não é mais porque essas unidades retêm as tecnologias mais sofisticadas e avançadas, a alma do segredo da produção, e repassam para trabalhadores, tornados “independentes e autônomos”, a tarefa de produzir o grosso do produto. Com isso, abre-se espaço para novas relações de compra e venda de trabalho, em que os sindicatos, se não estão ausentes, tornam-se, pelo menos, supérfluos, num mundo de produtores independentes de mercadorias, dominados pelo sentimento de liberdade, independência e autocontrole de si mesmos.

É isso que faz da cooperação complexa a forma mais adequada ao modo de produção capitalista. O capital pode, hoje, libertar-se dos grilhões legais a ele impostos e reclamar, em alto e bom som, o seu domínio quase que completo sobre toda a sociedade. E pode porque as transformações tecnológicas e organizacionais, que exigem relações de trabalho cada vez mais individualizadas, estão devolvendo ao sistema a sua aparência que fora negada pela politização e regulação estatal das leis da produção de mercadorias.

### (c) Sociedade de “Fábricas” sem muros

As formas terceirizadas de trabalho representam de certa forma uma derrubada das barreiras do processo de produção do valor, na medida em que dispensam o capital da necessidade de possuir um local fixo para consumir a força de trabalho. De qualquer lugar da sociedade, os trabalhadores terceirizados, por conta própria, domésticos, etc., podem ser utilizados pelo capital, sem que este precise reuni-los sob o teto de suas unidades de produção.

Essa “desterritorialidade” espacial da produção atinge seu ápice com a informatização da sociedade. Realmente, hoje, as pessoas dependem cada vez mais das tecnologias de telecomunicações e informática para realizarem as mais simples tarefas do dia a dia. Uma carta eletrônica, um simples saque bancário, uma compra de livro, de carro, de produtos nas redes de supermercados, via internet, etc. são exemplos de como as relações interpessoais e sociais passaram a depender em grande escala das telecomunicações. As tecnologias da informação e da comunicação transformaram-se em verdadeiros mediadores das relações entre as pessoas.

É a desmaterialização da produção levada a cabo pelo capital. Graças à tecnologia da informação e da comunicação, as empresas estão reduzindo o peso das operações e dos componentes materiais no processo de acumulação. Isso é uma exigência mesmo do processo de valorização do valor, que requer um tempo de rotação do capital cada vez menor. E uma maneira de reduzir o tempo de rotação é a de abreviar o máximo possível o tempo de circulação do valor. Daí porque o capital é impelido a revolucionar extraordinariamente os

meios de comunicação e de transporte. Só assim pode reduzir o tempo em que as mercadorias gastam para se deslocar do local da produção até o de consumo. Quanto menor esse tempo, mais rapidamente o capital pode voltar a produzir mais-valia, pode voltar a reiniciar seu processo de valorização.

Atualmente, a redução do tempo de circulação do capital chegou ao ponto de transformar o tempo de valorização do valor em “momentos sem duração”. Hoje as empresas vendem antes de produzir. É a “implosão” do tempo de rotação do capital.

Contudo, atenção! A “implosão” do tempo de rotação só foi possível graças à revolução microeletrônica e informática, que permitiu a aplicação de computadores na indústria, na pesquisa científica, nas comunicações, nos transportes, na informação e no campo dos serviços. Graças a isso, o processo de produção do valor passa a ser cada vez mais monitorado via telecomando. Principalmente aqueles elementos que contribuem para a economia de tempo, como informações sobre hora e local mais vantajosos para tomada de decisão sobre os investimentos.

Com o monitoramento telecomandado do processo de produção, o capital financeiro tornou-se o centro cerebral de todo o processo de valorização, porque pode, agora, vigiar e comandar os investimentos de qualquer lugar do mundo, deslocando massas de valor de um negócio para outro, sempre que as oscilações das moedas nacionais abrem oportunidades de ganhos extras. Não sem razão, o processo de produção do valor transforma-se numa grande montanha de papel, na qual são registradas as informações sobre as diferentes taxas de câmbios, de juros, de ações em todo o mundo. Por isso a necessidade de o capital contar com uma rede de profissionais espalhados por todo o mundo, de plantão 24 horas por dia, sempre prontos a informar, a qualquer tempo, a melhor oportunidade de investimento.

A desmaterialização da produção não só criou as condições para a “implosão” do tempo de rotação do capital, mas, também, está possibilitando a demolição das barreiras que limitavam o consumo da força de trabalho aos muros das fábricas. Agora, de qualquer lugar do planeta, em qualquer hora do dia e da noite, o trabalhador pode monitorar o processo de valorização do valor. Pode porque o processo de trabalho saiu de dentro das fábricas para ganhar as ruas, os lares, os espaços públicos, as escolas. Portanto, de qualquer lugar, o indivíduo tem poder para alimentar o processo de produção com informações sobre fatos políticos, bélicos ou comerciais que podem, direta ou indiretamente, afetar os negócios. Porém isso ainda não é tudo. Com a implosão das fronteiras do processo de produção, nasce um tipo de trabalhador que trabalha para o capital sem nenhuma recompensa monetária, o qual bem poderia ser denominado de “trabalhador sem contracheque”.

Esse tipo de trabalhador é produto da imbricação dialética entre produção e consumo. Como assim? Se para Marx a produção criava o consumo na medida em que (1) fornecia o objeto de consumo, (2) o modo determinado de consumo (3) e o sujeito para o consumo, agora, cria também o sujeito produtor, ao transformar o consumidor no responsável pela produção de seu próprio objeto de consumo.

É o que acontece com os consumidores de serviços on-line e de pronto atendimento do tipo “sirva-se você mesmo”. No primeiro caso, são dignos de nota os serviços bancários. São os próprios clientes que produzem seu objeto de consumo. Realmente, são eles que realizam as operações de saque, de extrato, de transferência, de aplicação, de emissão de talonários, etc. que antes cabiam aos funcionários dos bancos. Além da economia de custo com capital variável que isso possibilita, os bancos apropriam-se do tempo livre de seus clientes para transformá-los em seus trabalhadores. Podem, assim, contar com o enorme exército de trabalhadores sem ser preciso pagar por sua força de trabalho.

E as assinaturas de TV a cabo? Nesse caso, é o consumidor quem é obrigado a passar horas ao telefone, toda vez que surge algum problema na transmissão. Protegido pela invisibilidade dos *call-centers*, os funcionários, treinados a imitar computadores, ditam para o assinante como ele deve proceder para corrigir os defeitos de transmissão. Resultado: o assinante é obrigado a abrir mão do seu tempo livre para realizar um serviço que poderia ser feito pelos trabalhadores da rede de TV a cabo. E o que é pior: ele não só renuncia ao seu tempo livre, como paga à companhia telefônica pelo tempo em que permanece pendurado no telefone.

E o que dizer dos provedores da internet? Nesse caso, o serviço de atendimento ao cliente exige deste não só disponibilidade de tempo e horas a fio ao telefone, como também requer do usuário razoável nível de conhecimento sobre a internet. Com meia dúzia de atendentes em seus *call-centers*, as empresas provedoras desse tipo de serviço atendem a uma massa enorme de clientes, que, além de consumidores, transformam-se num batalhão de trabalhadores que trabalham, sem remuneração, para essas empresas.

As coisas vão mais longe ainda. Pela internet, uma pessoa pode comprar livros, carros, passagens aéreas, qualquer coisa. Até mesmo fazer sexo e guerra. Comandar, de casa, operações sobre as mais diversas atividades: ensino, bate-papo, ler jornais, revistas, etc.

É assim que o capital transforma a sociedade num imenso exército de “trabalhadores sem contracheques”. É dessa maneira que ele consome a força de trabalho dos consumidores daqueles tipos de serviços “faça você mesmo”. Exemplo disso são os postos de gasolina de autoatendimento. Neles, é o próprio consumidor quem abastece o seu carro. O mesmo acontece nos estacionamento, onde o próprio motorista emite o *ticket* e com ele abre e fecha a cancela.

Nas viagens de avião, hoje, é o passageiro quem faz o seu próprio *check-in*. De casa, ele pode usar o seu computador e, assim, fazer o serviço que caberia aos atendentes das companhias aéreas.

Sendo assim, a previsão de Marx de que o modo de produção capitalista tenderia a dividir a sociedade em trabalhadores e capitalistas parece mais atual do que nunca. Com a diferença de que, agora, uma enorme parcela da classe trabalhadora é explorada sem a mediação da compra e venda da sua força de trabalho. São os chamados “trabalhadores sem contracheques”, produtos da dialética produção-consumo que, hoje, transformou o consumidor no produtor do seu próprio objeto de consumo.

Nesse contexto, a cooperação complexa, ao implodir os muros do processo de trabalho, potencia exponencialmente a produção da mais-valia relativa. A economia no emprego dos meios de produção, que a cooperação simples e as subseqüentes formas de produção de mercadorias possibilitaram, não tem paralelo com a que é realizada pela cooperação complexa. Nesta nova forma de produção de mais-valia, essa economia decorre não do uso coletivo do capital constante e variável pelos trabalhadores, mas de sua não compra. Como assim? São os consumidores, na condição de “trabalhadores sem contracheques”, que agora respondem pelas despesas com computador, papel, energia, telefone, etc.

Mais do que isso, o capital apropria-se da força coletiva desses trabalhadores sem despende uma única migalha de valor com a compra de sua força de trabalho. É a exploração mais desavergonhada já realizada pelo capital. Se na época da grande indústria, a substituição da força muscular pela máquina permitiu a exploração do trabalho feminino e de crianças de todas as idades, na cooperação complexa, as coisas são bem piores. Agora, é a desmaterialização da produção, ao transformar a sociedade numa “fábrica sem muros”, que permite abolir qualquer direito de proteção ao trabalho. Trabalhadores terceirizados e sem contracheques não têm relações de trabalho diretas com o capital. Muito deles nem sabem que são trabalhadores do capital.

A cooperação complexa é, por isso, a forma mais ideal de produção de mercadorias. Nela, o capital não só curte a pele do trabalhador para transformá-la em valor, mas se fez dono da sua alma e da sua consciência.

## REFERÊNCIAS

AZEREDO, Beatriz. Políticas públicas de emprego: a experiência brasileira. In: DEDDECA, Cláudio de Savaltoni. São Paulo: Associação de Estudos do Trabalho – ABET, 1999.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. Tradução de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã Editora, 1996.

FAUSTO, Ruy. A “Pós-Grande Indústria” nos Grundrisse (e para além deles). In: Lua Nova, São Paulo, n. 19, 1989.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e Ciência como Ideologia**. Lisboa: Edições 70, 1987.

HABERMAS, Jürgen. Entre a Filosofia e a Ciência: o marxismo como crítica (1961). In: **Teoria y Práxis**: estudos de filosofia social. Madrid: Editorial Tecnos, 1987.

LENIN, V. I. **O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo**. Brasília: Nova Palavra, 2007.

MARX, Karl. **Para a Crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

\_\_\_\_\_. **O Capital**: Crítica da Economia Política (Livro I). São Paulo: Nova Cultural, 1985.

\_\_\_\_\_. **Elementos fundamentais para la crítica da economia política**: borrador 1857-1858. México: Siglo Veintiuno, 1987. 2 v.

\_\_\_\_\_. **O Capital**: crítica da economia política (Livro III. Vol. V). São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, Karl. **Grundrisse- Manuscritos econômicos de 1857-1858: Esboços da crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Boitempo; UFRJ, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

MINARELLE, José Augusto. **Empregabilidade**: o caminho das pedras. São Paulo: Editora Gente, 1995.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**: Investigação Sobre Sua Natureza e Suas Causas. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SOMAVIA, J. **OIT**: crise pode gerar 50 milhões de desempregados. In: Entrevista BBC Brasil, janeiro de 2009. Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/01/090128\\_oitdesemprego\\_tc2.sht](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/01/090128_oitdesemprego_tc2.sht)>. Acesso em: 4 mar. 2015.

TEIXEIRA, F. Modernidade e crise: reestruturação capitalista ou fim do capitalismo? In: Francisco J.; TEIXEIRA, S.; OLIVEIRA, Manfredo Araújo de (Org.). **Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva**: as novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1998.